

O PACTO DE SILÊNCIO
NEGOCIAÇÕES POLÍTICAS EM TORNO DA ANISTIA DE 1945
THE SILENCE PACT
POLITICAL NEGOTIATIONS ABOUT THE AMNESTY OF 1945

MAYARA PAIVA DE SOUZA | Doutora em História pela Universidade Federal de Goiás (UFG) e professora da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esportes de Goiás (Seduc).

NOÉ FREIRE SANDES | Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e professor titular da UFG.

RESUMO

O artigo tem por objetivo analisar as negociações em torno da anistia no ocaso do Estado Novo (1937-1945). Acreditamos que a anistia de 1945 representou um instrumento central nas negociações acerca do passado ditatorial. Assim, a análise de tais negociações pode nos dar pistas para a compreensão do processo de gestão da memória do Estado Novo.

Palavras-chave: Estado Novo; anistia; memória.

ABSTRACT

The purpose of this article is to analyze the negotiations about the amnesty at the end of the Estado Novo (1937-1945). We believe that the amnesty of 1945 represented a central instrument in the negotiations over the dictatorial past. Thus, the analysis of such negotiations may give us clues to understand the process of managing the memory of the Estado Novo.

Keywords: Estado Novo; amnesty; memory.

RESUMEN

El artículo tiene por objetivo analizar las negociaciones en torno a la amnistía en el ocaso del Estado Novo (1937-1945). Creemos que la amnistía de 1945 representó un instrumento central en las negociaciones sobre el pasado dictatorial. Así, el análisis de tales negociaciones puede darnos pistas para comprender el proceso de gestión de la memoria del Estado Novo.

Palabras clave: Estado Novo; amnistía; memoria.

INTRODUÇÃO

As questões que abordamos neste texto advêm de inquietações cultivadas há longo tempo sobre a relação entre a anistia de 1945 e a narrativa histórica. Durante leituras sobre os processos de anistia no Brasil, algumas questões voltadas para o ofício do historiador se tornaram pujantes: até que ponto esse “esquecimento comandado” pode influenciar a escrita da história? É possível que afete a busca pelo reconhecimento do passado empreendida pela memória e pela história? Ou, mesmo, até que ponto corresponde ao esquecimento?

Em sentido político, a anistia – termo que carrega consigo a relação entre passado, presente e futuro¹ – é o caminho a ser percorrido para a “pacificação dos espíritos” após um período de turbulência política. A origem da expressão remete-nos aos gregos. Desde a Grécia Antiga, a *amnêstia* – olvido e redenção – tem sido usada para a conciliação e a pacificação política. O primeiro registro do conceito na história data de 403 a.C., em Atenas. Após a Guerra do Peloponeso, os cidadãos votaram em praça pública pela concessão do benefício a todos os envolvidos na guerra civil. Os excluídos foram repatriados após o juramento dos membros do tribunal ateniense: “[...] juro não me lembrar do passado, nem consentir que outrem o lembre!” (Martins, 1978). Desse modo, desde os antigos gregos, a anistia incluía a obrigação de esquecer os fatos que causaram um conflito e o que nele aconteceu.

Rui Barbosa (1896), em seu famoso texto *Anistia inversa*, afirmou que essa figura jurídica passa uma esponja sobre os atos do passado que o governo tem dificuldades de punir. Dessa forma, os delitos desaparecem juridicamente e são cobertos pelo “véu do eterno esquecimento”; em contrapartida, “cabe à história recolhê-los”. Para o autor, a anistia é um ato que cicatriza as feridas e repõe as coisas no lugar, portanto um esquecimento positivo que possibilita a conciliação política da nação. Para que o passado se cicatrize totalmente, cabe à história narrar os fatos.

Em contraposição ao pensamento de Rui Barbosa, apresentado no final do século XIX, o filósofo francês Paul Ricoeur, que escreveu na segunda metade do século XX, apontou a anistia como um “esquecimento” negativo ao trabalho crítico da memória. Apesar de concordar que o expediente visa à conciliação dos interesses políticos em conflito, a fim de manter a unidade da comunidade, Paul Ricoeur vê nesse processo um aspecto nocivo à memória. Assim como fizeram os gregos em 403 a.C., o expediente bane o passado conflituoso como se nada tivesse acontecido, tornando-se uma “amnésia comandada”. Nesse sentido, a anistia suspende os processos judiciais apagando os crimes por ela contemplados. Todavia, tal medida priva a opinião pública do benefício do dissenso, do “trabalho de luto” que acomoda o

1 Memória e esquecimento são duas polaridades que estão contidas dialeticamente na palavra anistia; a *anamnesis* (reminiscência) e a *amnésia* (olvido) aí se entrecruzam em constante tensão. Do grego *amnêstia*, de *amnêtos*, olvidado pretendia remeter ao segundo termo do binômio. Entretanto, o conteúdo político historicizado levou a expressão ao entrecruzamento da memória e do olvido (Greco, 2003).

passado em uma narrativa que faça sentido para o presente e, dessa forma, permita que o ser humano siga em frente.

Para o filósofo francês, a anistia é um abuso do esquecimento, pois tenta criar um fosso entre passado e presente. Cria páginas em branco, sobre as quais é impossível escrever outra história, tendo em vista as rugosidades deixadas pelo processo de apagamento. Contudo, há a memória preñe de conflitos de quem viveu a experiência anistiada e, mesmo que se tente eliminar o passado por um meio jurídico, é impossível eliminar a memória sem que quem tenha vivido o período busque, de fato, esquecer. De acordo com Ricoeur (2007), se há uma forma de esquecimento legítimo, ela não está em calar o mal, mas em dizê-lo de modo apaziguado, sem cólera. Entretanto, o esquecimento não partirá de um mandamento, de uma ordem, mas do desejo de esquecer.

Guiados por tais questões, optamos por analisar o processo de anistia de 1945, resultado de negociações políticas no final do Estado Novo (1937-1945). Selecionamo-lo por representar um instrumento central nas negociações em torno do passado ditatorial varguista no contexto de transição. Desse modo, acreditamos que a análise de tal processo pode nos dar pistas para a compreensão da ação de gestão da memória do Estado Novo.

Após a deposição de Getúlio Vargas em 29 de outubro de 1945, o jornalista David Nasser (1947), em *Falta alguém em Nuremberg*, chamou a atenção para a necessidade de se julgarem os crimes do Estado Novo; porém, o próprio autor apontou a falta de empenho que houve no final da ditadura varguista para denunciar e sentenciar os crimes cometidos pelos agentes do governo. Enquanto a Europa julgava seus criminosos de guerra, segundo Nasser, o Brasil parecia indiferente em relação ao passado de repressão; apesar de a anistia de 1945 não beneficiar os agentes do Estado – ou seja, seria possível cobrar punição aos torturadores –, poucos se preocupavam em acertar as contas com a ditadura.

Em *Estado Novo: ideologia e poder*, Lúcia Lippi Oliveira (1982) destacou que o período da ditadura varguista foi envolto em relativo esquecimento. O espírito da redemocratização que marcou o fim do Estado Novo aparentemente jogou uma pá de cal no período ditatorial, na suposição de que aquela fora uma época de exceção, que deveria ser apagada da memória o mais rápido possível. O silêncio sobreveio para garantir o esquecimento (Oliveira; Velloso; Gomes, 1982). Resta analisar por que foi tomado como via de relação com o passado. Para isso, temos como foco de análise as negociações sobre a anistia no contexto de transição. A questão é: por que as vítimas da repressão varguista seguiram a via do silêncio como conciliação?

Partimos do pressuposto de que, no período de transição do Estado Novo, a anistia funcionou como meio de negociação política. Desse modo, tentaremos demonstrar ao longo do texto que, se o passado do Estado Novo foi soterrado, isso não se deu por obra da anistia – como destacou Ricoeur (2007), vã tentativa de esquecimento –, mas por meio de “pactos de silêncio” travados entre as vítimas do regime. Partimos da perspectiva de que os comunistas, principais vítimas da ditadura varguista, optaram pelo silêncio como estratégia política, a fim de alcançar sua legalização e atingir o poder por meio de um pacto com Getúlio Vargas.

1945: UM NOVO CENÁRIO POLÍTICO

Em 1945, Getúlio Vargas concedeu longa entrevista à revista *Ciência Política*.² Na ocasião, o presidente tentava explicar os motivos do golpe de 1937 e indicar as mudanças ocorridas naquele contexto em que os rumos da Grande Guerra apontavam para a derrota dos regimes autoritários.

o que mais interessa esclarecer, nesta oportunidade, são as razões profundas da implantação do regime de 10 de novembro. É um exame retrospectivo necessário, a fim de melhor fixar os dados de que a história carecerá para formular juízos imparciais e definitivos. A Constituição de 10 de novembro de 1937 começou a nascer em 1935. A violência do levante comunista daquele ano, espantosa para a índole tradicionalmente pacífica do nosso povo, causou um abalo profundo nas classes conservadoras. [...]. Não estamos fantasiando. A veracidade do que dizemos é atestada pelos próprios fatos da época. Passados os perigos e serenados os tempos, podemos revê-los imparcialmente, deixando-os falar por si mesmos, sem prevenções apaixonadas (*Ciência Política*, 1945, p. 66-67).

Vargas apontava o golpe de 1937 como uma ação preventiva contra os extremismos políticos e o “caos” que ameaçava o país. Decorridos quase oito anos do golpe que implantou a ditadura do Estado Novo, o contexto era outro, a Segunda Guerra caminhava para um desfecho com a vitória dos Aliados contra o Eixo; os soviéticos conquistavam sucessivas vitórias; o comunismo no Brasil já não representava grande ameaça. Era chegada a hora de Getúlio Vargas buscar uma aproximação com seus antigos inimigos para conseguir manter-se no poder.

Em 1945, o Vargas “democrata”, que enviara tropas para a Europa no combate ao autoritarismo, buscava no passado os argumentos para seus novos direcionamentos políticos e para a sua tentativa de se manter no governo. Com o intuito de indicar uma abertura do regime naquele período de desfecho da Grande Guerra, Vargas completou:

A situação atual é diferente da de antes de 1937. Os perigos que nos ameaçavam não existem mais hoje. Além disso, o povo brasileiro evoluiu e melhorou em suas condições, de modo que muitos dos problemas, daquela época, já não existem, ou pelo menos, como existiam outrora (*Ciência Política*, 1945, p. 68).

Amparado pelas Forças Armadas, o presidente tinha tirado do cenário político todos aqueles que ameaçavam o regime estadonovista e, como ele próprio afirmou, “os perigos passaram” (*Ciência Política*, 1945). A campanha anticomunista perdia, momentaneamente,

2 Essa revista tinha publicação mensal e era dirigida por Pedro Vergara. O periódico funcionava como um meio de propaganda do governo de Vargas.

a razão de ser, uma vez que, do cárcere, os comunistas passaram a figurar como mártires do regime ditatorial. A transformação dos “traidores” em mártires ocorria gradativamente, de acordo com os avanços dos soviéticos nos campos de batalha da Segunda Guerra Mundial. A atuação dos comunistas no conflito internacional passou, assim, a influenciar diretamente as condições dos prisioneiros comunistas no Brasil.

Ao declarar guerra ao Eixo, em 1942, Vargas evidenciou as ambiguidades e contradições do Estado Novo. O contrassenso estava em um regime ditatorial aliar-se à luta contra os regimes autoritários da Europa. Como combater a ditadura dos outros países se Getúlio insistia em mantê-la no Brasil? Com suas prisões abarrotadas de comunistas e com diversos liberais exilados, o Brasil entrava na guerra para lutar ao lado de países como Estados Unidos, Inglaterra e União Soviética em prol da democracia. Logo, tal contradição geraria questionamentos.³

A contradição da guerra impulsionava cada vez mais as tensões políticas dentro do Brasil. Políticos, estudantes e intelectuais passaram a criticar o governo abertamente; a imprensa já não temia represálias. Costa Rego, redator-chefe do *Correio da Manhã*, abriu caminho contra a censura da imprensa ao publicar uma entrevista com o político paraibano José Américo, em 22 de fevereiro de 1945, que teve sua candidatura à presidência da República abortada pelo golpe do Estado Novo, em 1937; José Américo fazia duras críticas ao regime e convocava a nação a reagir.

Se a guerra fazia com que gradativamente a ditadura varguista perdesse vigor, inversamente os militares adquiriam maior prestígio sob a imagem da Força Expedicionária Brasileira (FEB), enviada ao campo de batalha. Fiadores do Estado Novo, os militares começavam a tomar distância do regime que representava aquilo que combatiam em campos estrangeiros. Dessa forma, sem conseguir garantir-se no poder por meio do apoio das Forças Armadas, Vargas começou a buscar outros caminhos e novas alianças.

O período entre 1944 e 1945 foi marcado por uma aproximação política entre os ferrenhos inimigos do passado, Getúlio Vargas e os comunistas. Vargas, cada vez mais isolado, buscava apoios para se manter no poder; o outro grupo, a maioria no cárcere, almejava a liberdade e o retorno ao cenário político. Iniciam-se as negociações em torno do passado e um “pacto de silêncio” começa a se esboçar como estratégia política.

A chave da aproximação entre Vargas e os comunistas estava na anistia, isto é, o passado deveria ser apaziguado para que as novas táticas políticas pudessem adquirir sentido. Todavia, a anistia não era foco apenas das negociações entre Vargas e os comunistas. Getúlio precisava negociar também com os militares, uma vez que as Forças Armadas não admitiam o retorno dos revoltosos de 1935 às suas fileiras. Homens como Eurico Dutra e Góis Monteiro

3 Em 1943, um grupo de 92 membros da elite de Minas Gerais lançou um libelo contra o governo de Getúlio Vargas e em defesa da democracia, o famoso “Manifesto dos mineiros”. Os signatários do documento exigiam o fim do Estado Novo e a redemocratização do país. Para os mineiros, ao optar por apoiar os Aliados na guerra, o governo brasileiro entrou em contradição, uma vez que internamente o Brasil vivia uma ditadura. Ver: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/QuedaDeVargas/ManifestoDosMineiros>>.

não permitiam que o passado fosse esquecido. Desse modo, ao anistiar os comunistas, Vargas corria o risco de se distanciar ainda mais dos militares.

Naquele ano de 1945, a anistia aparecia como um tema polêmico e delicado. Para Vargas, seria uma forma de garantir sua permanência no governo; para os comunistas, era a oportunidade de deixar a prisão e chegar ao poder; para os liberais, representava o meio de voltar ao cenário político e acertar as contas com o passado varguista. Dentro desse quadro, a anistia envolvia não apenas os comunistas e varguistas, mas também os liberais, uma vez que esta era a principal bandeira dos políticos exilados que aguardavam, ansiosamente, o retorno à pátria e a retomada da luta contra Vargas. Para os liberais, não era sinônimo de apaziguamento do passado, mas de uma possibilidade de retorno ao cenário político e, dessa forma, de vingança contra seu principal algoz: Getúlio Vargas.

Profundamente marcados pelo passado, liberais e comunistas tinham na anistia um denominador comum. As duas correntes passaram a defendê-la como primeiro passo para a retomada da democracia no Brasil, bem como o único meio para voltar ao cenário político. Enquanto os liberais, ressentidos, viam-na como a possibilidade de unir forças contra Vargas e, desse modo, chegar ao poder, os comunistas tomavam-na como meio de voltar ao cenário político e conclamar as massas a se unirem ao governo na luta contra o fascismo. Enquanto os liberais partiam da perspectiva de que a anistia abriria as portas para a vingança e o acerto de contas com o ditador, os comunistas seguiram caminho inverso, pois tentaram suprimir o passado e deixar o pesado fardo para trás.

Os dois principais nomes apontados como mártires do regime estadonovista eram o de Luís Carlos Prestes, representante dos comunistas, e Armando de Sales Oliveira, representante dos políticos liberais. O primeiro estava na prisão; o segundo, no exílio. Se os comunistas tinham seu mártir, os liberais também tinham o seu. Dessa forma, a campanha pró-anistia⁴ iniciou-se tendo em Prestes e Sales de Oliveira dois importantes representantes dos grupos interessados na concessão do benefício pelo governo.

Apesar de trilharem trajetórias distintas e apresentarem objetivos diferentes em torno da anistia, comunistas e liberais estavam juntos na mesma causa: voltar ao cenário político. No entanto, a forma como cada grupo lidava com o passado e, em contrapartida, com a memória fez com que, mais uma vez, eles se distanciassem e assumissem táticas políticas opostas.

A “UNIÃO NACIONAL”: O FUTURO NEGOCIADO

Da prisão, Prestes indicava a possibilidade de apoio a Getúlio Vargas em prol de uma “união nacional” pela democracia. Ele defendia a ideia de que todo patriota brasileiro tinha o dever de cessar qualquer disputa de caráter interno e unir esforços para acelerar a derrocada

⁴ A Associação Brasileira de Imprensa (ABI), a Associação Paulista de Imprensa (API) e a União dos Trabalhadores Intelectuais (UTI) foram as principais entidades a se empenharem no lançamento da campanha pró-anistia que tomou fôlego na imprensa no início de 1945.

das potências do Eixo. Para o líder comunista, era necessário apagar da memória os conflitos do passado e seguir em frente, rumo a um futuro democrático. Dessa forma, ele estava disposto a “esquecer” o tempo de perseguição que vivera desde os idos de 1935.⁵

A política de “união nacional” estabelecida entre os comunistas e Getúlio Vargas⁶ foi também uma política de silenciamento sobre o passado. Ambos apontavam o silêncio como meio para seguir adiante, uma vez que o passado perdera o sentido frente às negociações do presente. A “doce ilusão do esquecimento” por ora funcionou como estratégia política, mas, de fato, seria possível olvidar a experiência dos conflitos entre o presidente e os comunistas? Os ruídos que advinham dos setores liberais demonstravam que aquela negociação em torno do silenciamento do passado encontraria alguns obstáculos.

Mesmo antes de Vargas enviar tropas para os campos de guerra na Europa, em março de 1944, Luís Carlos Prestes escreveu um manifesto aos comunistas pedindo apoio ao governo na sua política de guerra, em conjunto com o esforço para obter anistia, que, segundo Prestes, consolidaria a “união nacional”. Com vistas ao futuro, o líder comunista considerava que seria preciso “sepultar” o passado e seguir adiante.

O apoio de Prestes a Getúlio gerou polêmica e estranhamento entre os líderes liberais e os principais órgãos da imprensa nacional. Inconformado com essa posição, o jornalista Carlos Lacerda tentou explicar tal aliança pela falta de visão e análise política do líder comunista. Segundo Lacerda (1987), como Prestes passara a maior parte de sua vida no exílio ou na prisão, não conseguia fazer uma avaliação da real situação do país. Era um idealista ingênuo, um otimista que vivia de sonhos.

O posicionamento de Prestes sofreu resistência não apenas das lideranças liberais. Mesmo dentre os comunistas, suas posições foram criticadas por aqueles que consideravam impossível aliar-se a Vargas. Para muitos dos seus correligionários, era inconcebível conceder apoio àquele que fora, desde 1935, o principal algoz do PCB; aquele que colocara praticamente todo o partido atrás das grades. Abrir mão do passado não seria tarefa simples. Caio Prado Júnior, por exemplo, afirmava que a “união nacional” deveria combater não apenas o nazismo, mas também o governo de Getúlio Vargas, pois parecia um paradoxo lutar contra o nazismo sob a bandeira de uma ditadura (Reis, 2014, p. 217). Nessa direção, de acordo com o depoimento de Hílcar Leite, “houve uma cisão no partido, uns querendo um acordo com Getúlio e outros não, mas a maioria seguiu a direção” (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 191).

A leitura de memórias e depoimentos de comunistas que viveram aquele período evidencia que o apoio a Vargas foi um tema delicado e polêmico dentro do partido. Seguir a

5 Em 1943, os comunistas reuniram-se na serra da Mantiqueira (RJ), realizando o famoso congresso que reorganizou o Partido Comunista dispersado desde 1935. Após o Congresso da Mantiqueira e a criação da Comissão Nacional de Organização Provisória (CNOP), mesmo que clandestino – sua condição clássica –, o Partido Comunista voltava à cena.

6 A política de “união nacional” passou a ser defendida pelo grupo dirigente saído da Conferência da Mantiqueira em 1943; ao ser eleito secretário-geral do PCB, mesmo na prisão, Luís Carlos Prestes aderiu a tal posicionamento.

disciplina do PCB e relevar o passado foi uma tarefa que nem todos se dispuseram a cumprir. Eduardo Xavier, ativo militante comunista até 1945, ao deixar a prisão e se deparar com o novo direcionamento do partido, preferiu abandonar a militância:

Eu disse então para eles: “Olha, eu vou ser comunista fora do partido. Não quero mais, porque vocês estão fazendo besteira e não vão dar conta do recado”. [...] achei que estava errado porque foi com Getúlio que todo mundo foi em cana. Por que apoiar Getúlio agora? (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 144).

Para Eduardo Xavier, não era tão fácil abrir mão do passado, uma vez que a vivência na prisão durante o Estado Novo deixara marcas profundas em sua memória. Mesmo sem audição, o velho militante guardaria consigo as lembranças do cárcere, experiências soterradas, mas não esquecidas.

Da mesma forma, o velho militante comunista João Lopes, em depoimento concedido na década de 1980, destacou seu descontentamento em ter que – seguindo a rígida linha do partido – apoiar Getúlio. Segundo ele, ainda dentro da prisão, os comunistas começaram a se organizar e a discutir o posicionamento do PCB quando a Grande Guerra chegasse ao fim:

Já se começava a discutir. Como é que íamos fazer o governo do povo para o povo. Alguns já diziam que a gente tinha que mudar de tática, que era preciso apoiar o Getúlio. O Agildo Barata era o cabeça do negócio. Aí houve uma discórdia muito grande. Eu, por exemplo, era contra o Agildo. [...] Quando me perguntavam, eu dizia: “Sou contra porque esse homem me jogou em Fernando de Noronha, e fiquei lá padecendo”. [...] Nunca fui getulista, sabe? Não gostava dele. Fui preso, espancado, o diabo a quatro; como é que eu podia gostar desse homem? Obedeci a uma disciplina, mas sempre fui contra ele (Gomes; Flaksman; Stotz, 1988, p. 116-117).

O depoimento de João Lopes demonstra que, apesar de seguirem a orientação do partido, os comunistas não eram “homens de aço” ou “soldadinhos de chumbo”. Havia a lembrança das agruras do passado; o velho militante, por exemplo, não se esquecia do que sofrera encarcerado em Fernando de Noronha. Mesmo que apoiasse a linha do partido, João Lopes não conseguiria apagar da memória sua amarga experiência durante o governo de Getúlio.

Outro militante comunista que registrou aquele contexto de 1945 em suas memórias foi Gregório Bezerra. Preso na Ilha Grande, ao receber, com seus companheiros comunistas, o manifesto de Prestes dando orientações para que todos os correligionários do PCB apoiassem Vargas, Gregório Bezerra afirmou que o documento fora discutido e aceito por todos:

Não me recordo que tenha havido objeções. Todos nós procuramos pô-lo em prática através de nossos familiares. Foi para nós, comunistas e aliancistas, encarcerados ou em liberdade, uma espécie de cartilha, que muito nos ajudou a compreender a situação política daquele momento, em face do comportamento do governo de Vargas, junto às

Nações Unidas em guerra contra o niponazifascismo. [...]. O documento do camarada Prestes nos ajudou muito a refletir sobre a complexidade de união nacional do povo brasileiro em torno de Vargas, ao lado das Nações Unidas, na guerra contra o Eixo. [...]. Prestes nos apontou o rumo certo, nossos objetivos presentes e futuros; e nós os seguimos convictos de sua justeza (Bezerra, 1980, v. 1, p. 305).

Apesar do apoio à “união nacional” com Getúlio, Gregório Bezerra admitiu que aquela era uma solução política para os comunistas atingirem seus objetivos no Brasil, embora, mesmo apoiando Vargas, os comunistas ainda tivessem ressentimentos acerca do que viveram desde o Levante de 1935:

Mas nem todos nós estávamos livres do ranço antiVargas, pelo muito que sofremos de seu governo fascista durante os longos anos de sua ditadura. O camarada Prestes, cuja esposa foi barbaramente torturada, posteriormente entregue por Vargas à Gestapo alemã, para ser executada nos campos de concentração de Hitler, passou uma esponja no passado negro de Vargas, estendendo-lhe a mão no sentido de forjar uma poderosa união nacional, reunindo os antifascistas, democratas e progressistas. Infelizmente, muitos camaradas não compreenderam a nova situação e a necessidade de um apoio completo ao governo de Vargas (Bezerra, 1980, v. 1, p. 306).

Bezerra continuava dedicando um “ódio de morte” contra Getúlio Vargas. Em suas memórias, deixou claro que preferia vê-lo cair pelas armas, embora estivesse de acordo com a direção do partido e achasse justo o apoio ao governo frente à conjuntura de guerra. O comunista submetia-se à decisão da maioria e defendia a tese do PCB, mas não esqueceria as torturas que sofrera durante o governo varguista. Todavia, foi enfático no posicionamento que seguiria diante da discussão: “[...] enfim, eu era um soldado do partido e cumpria suas decisões, depois de discutidas e aprovadas pela maioria” (Bezerra, 1980, v. 1, p. 306).

As divergências acerca do apoio a Getúlio fizeram com que muitos militantes deixassem o partido ou fossem expulsos. Diante da possibilidade de “esquecer” o passado, muitos comunistas preferiam liquidar o PCB. Fernando de Lacerda, por exemplo, liderou o grupo que apoiava sua extinção naquela nova conjuntura. Para manter a integridade do partido, Prestes e a CNOP optaram por expulsar os dissidentes. Como afirmara Basbaum (1976, p. 198), a férrea disciplina comunista permitia que apenas os dirigentes pensassem.

Por meio da anistia e do apoio a Getúlio, segundo Frank Alem (1982), os comunistas pretendiam uma *associação* no poder com Vargas e, dessa forma, ganhar espaço no aparelho de Estado.⁷ Apresentando um programa limitado de reformas e pretendendo obter a confiabili-

⁷ Ao apoiarem Getúlio Vargas, os comunistas brasileiros também se alinhavam aos ditames do Partido Comunista

dade da classe dominante, por meio de um discurso que defendia a ordem e a tranquilidade, os comunistas relegavam o passado de conflitos e visavam a uma forma pacífica de chegar ao poder, silenciando-se.

Em maio de 1944, o próprio Prestes ressaltou que a “união nacional” não era um fim, mas um meio para aperfeiçoar a luta contra o nazifascismo; era o caminho para a democratização do Brasil de maneira ordeira e pacífica. Era a única forma de resolver os problemas nacionais mais urgentes (Prestes, 1947).

O projeto comunista, ao apoiar Vargas, visava ganhar espaço político e desvencilhar-se do fardo do *perigo vermelho*. Devido à repressão após o Levante de 1935, os comunistas perderam espaço entre os trabalhadores e, diante das dificuldades de estabelecer os liames e captar as massas em um curto prazo, o partido optou por uma política pelo alto (Giovanetti Netto, 1986).

O PCB assumia, então, uma aliança não com a ditadura, mas com o Vargas que nascia do desmoronamento de seu próprio regime (Almino, 1980). Aquele que, derrotado na composição elitista, era aclamado pelos trabalhadores e pela pequena burguesia. A aliança, dessa forma, não era com o Vargas do passado, o ditador de 1937, mas com o Vargas do futuro, que os comunistas esperavam vislumbrar. Para Prestes, Getúlio poderia conduzir o processo de democratização com maior firmeza do que alguns chefes militares e os ditos liberais que, para o comunista, eram profundamente reacionários e golpistas.

A aproximação com Prestes foi uma das manobras mais importantes de Getúlio Vargas naquele ocaso do Estado Novo. O presidente pretendia usar seu antigo inimigo político para servir às suas pretensões continuístas, que se atenuavam com o fim da guerra e com o clamor democrático que se espalhava pelo país (Moraes; Viana, 1982). Nesse sentido, Vargas marcou eleições para o final de 1945, estabeleceu relações com a União Soviética e prometeu a tão almejada anistia. O presente se reconciliava e tentava acomodar o passado. A anistia seria a via para tal “reconciliação”.

A ANISTIA DE 1945: ENTRE SILÊNCIOS E RUÍDOS

Em 1945, todos os caminhos pareciam abertos para o futuro. O entusiasmo com a aproximação do fim da guerra podia ser sentido pelo grande número de mobilizações populares que marcavam as ruas das grandes cidades brasileiras. Organizações de classe e estudantes marchavam pelas ruas e tinham, como principais palavras de ordem, a democracia e a anistia.

O apagamento do passado era condição para que Vargas continuasse no poder, uma vez que o contexto mundial colocava a democracia em primeiro plano. Era preciso esquecer o Estado Novo, refazer o cenário sem trocar o ator principal. A anistia seria uma forma de trazer

da União Soviética que, após a Segunda Guerra, pregava uma política de colaboração entre todos os governos que teriam lutado contra o fascismo internacional (Almino, 1980). É significativo o fato de Stalin ter dissolvido em 1943 a Internacional Comunista; segundo Falcão (1988), com essa medida histórica, o líder soviético queria mostrar aos Aliados que a Rússia não se imiscuiria na política interna dos outros países.

novos personagens para o palco político; entretanto, a ideia de Vargas era que tais personagens fossem apenas seus coadjuvantes.

Apesar das negociações com os comunistas, Vargas precisava convencer os militares acerca da concessão da anistia, que, naquele período, deveria ser manejada com cuidado, devido às possíveis repercussões na vida da nação e das Forças Armadas. Isso foi afirmado pelo próprio presidente, em entrevista coletiva publicada em 3 de março. O ditador apresentou duas restrições à anistia: a oportunidade deveria ser decidida pelo parlamento a ser eleito e a reabsorção, pelas Forças Armadas, dos oficiais que participaram do Levante Comunista de 1935 sofria resistência dos militares, ainda sensibilizados pelos acontecimentos daquele ano. Dessa forma, prometeu analisar os casos individualmente, inclusive o caso de Prestes (Dulles, 2001).

Vargas deixou claro o grau de autonomia militar diante das negociações acerca de quem poderia, ou não, retornar às fileiras das Forças Armadas. Assim, é possível notar o poder de veto que o alto comando possuía quando o tema era a anistia; conforme ressaltado anteriormente, militares como Eurico Dutra e Góis Monteiro jamais permitiriam a reversão à ativa dos “traidores comunistas” que haviam assassinado colegas “dormindo”. Se Vargas revertesse os comunistas à ativa nas fileiras militares, automaticamente estaria abrindo mão dos resquícios de apoio das Forças Armadas que ainda sustentavam seu governo, apoio que, por sinal, tutelara o Estado Novo. De fato, a anistia era um tema muito delicado naquele contexto em que Getúlio Vargas buscava apoios para se manter no poder, e em que as Forças Armadas representavam o grande fiel da balança.

Em sua entrevista à revista *Ciência Política*, em março de 1945, Vargas apontou:

A anistia é uma medida que o meu governo sempre teve a acolhida simpática e necessária, porém considero a sua repercussão na vida interna do país e no meio das classes armadas mais diretamente atingidas. Vamos para as eleições. Daí surgirá um parlamento que talvez seja o melhor órgão para examinar o assunto. Pessoalmente, estarei sempre pronto a apreciar caso por caso e já tenho indultado a vários presos políticos (*Ciência Política*, 1945, p. 70).

Além da questão da reversão dos comunistas às Forças Armadas, Vargas apontou para a necessidade de o futuro parlamento discutir a matéria. Caberia aos parlamentares debater e ampliar a medida, pois devido à repercussão na vida nacional, esse era um tema que deveria ser analisado pelo parlamento eleito pelo povo. Nesse sentido, Vargas legava ao futuro a decisão de conceder, ou não, anistia ampla às vítimas do Estado Novo.

Da prisão, Prestes enviava telegramas à imprensa, nos quais instava Vargas a conceder anistia. Para o líder comunista, com essa concessão, o ditador daria uma demonstração de suas pretensões democráticas. Durante sua entrevista à *Ciência Política*, ao ser questionado sobre a anistia a Luís Carlos Prestes, Getúlio esquivou-se e apenas assinalou que não estava habilitado a responder sem antes examinar o caso (*Ciência Política*, 1945, p. 70).

Prestes queria liberdade para os comunistas. Vargas precisava de apoio não só destes atores, mas também das Forças Armadas. Dessa forma, o ditador encontrava-se em uma situação delicada. A saída para tal impasse foi o decreto-lei n. 7.474, assinado por Vargas em 18 de abril, concedendo anistia aos prisioneiros políticos e condicionando a reversão dos militares a pareceres de comissões nomeadas pelo presidente da República. Assim, apesar de livres, os comunistas dificilmente voltariam a ocupar os seus postos nas fileiras das Forças Armadas.

Com a anistia de 18 de abril, voltavam às ruas não apenas os presos políticos, mas também os militantes que viviam na clandestinidade, os foragidos e os exilados. Desse modo, teve início um período de euforia em que os comunistas e seus simpatizantes começaram a ressurgir no cenário político, acreditando que o esquecimento do fardo do passado seria possível.⁸

No dia seguinte à decretação da anistia, os principais jornais da capital da República traziam estampadas notícias sobre as manifestações populares que celebravam a libertação de Prestes e de seus correligionários. Era o aniversário de Vargas, mas as comemorações se concentravam em torno da soltura do grande mártir do Estado Novo. A *Folha da Noite*⁹ trouxe estampada em sua capa o “regozijo popular pela anistia”, com uma imagem da passeata ocorrida no dia anterior para celebrar a liberdade de Luís Carlos Prestes e demais comunistas. Ao lado, em destaque, o jornal noticiava os feitos dos “invencíveis soviéticos” em Berlim. Com efeito, conforme a União Soviética avançava em seus combates na Europa, o comunismo ia conquistando terreno no Brasil. Por ora, parecia que o Levante de 1935 havia, de fato, ficado no passado e caído no esquecimento. Naquele contexto de heroísmo das tropas soviéticas, ser anticomunista ou integralista passou a ser considerado *démodé*.

Convenientemente, por meio de negociações políticas, o passado era retido. Como se fosse guardado em um sótão, lugar desordenado, silencioso e raramente visitado, o passado era armazenado, mas não destruído. Mesmo que pudesse passar despercebido, ele continuaria ali, sem uso, em uma desordem silenciosa que poderia, em outro momento político, vir a compor sentido (Assmann, 2001).

“Esquecido” do passado, o PCB cresceu rapidamente. Segundo João Falcão (1988), dos aproximadamente mil comunistas, a organização passou a somar dezenas de milhares de integrantes. Esse foi o grande momento do partido no Brasil, momento de “apoteose” em que apenas o presente e o futuro importavam. Por conseguinte, para os comunistas, o passado se dissolvia.

8 O segundo parágrafo do decreto-lei parece ter sido feito para beneficiar Prestes: “Consideram-se conexos para os efeitos deste artigo os crimes comuns praticados com fins políticos e que tenham sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional” (*Diário Oficial* n. 90, de 19 de abril de 1945). O decreto beneficiou os que cometeram crimes políticos e conexos, tendo esses últimos sido julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional (TSN). Esse era o caso de Prestes, que foi condenado pelo TSN a 16 anos e oito meses de prisão pelo assassinato de Elza Fernandes.

9 Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fdn/1945/04/19/1/>>.

Segundo Leôncio Basbaum (1976), o PCB era visto como o “partido do futuro”; nesse sentido, de acordo com seu relato, o novo grupo dirigente liderado por Prestes preocupou-se, logo na primeira reunião do comitê central em 1945, em ressaltar que “agora era um partido sério, um partido de verdade”. Os antigos dirigentes Brandão, Astrojildo e Basbaum ouviram duras críticas que desmereciam as atividades partidárias anteriores, como se o PCB começasse a existir a partir daquele momento e seu passado pudesse ser deixado pelo caminho (Basbaum, 1976, p. 188).

Em artigo publicado no *Jornal do Brasil*, no dia seguinte à anistia, Hélio Silva (1945) demonstrou a impossibilidade de fazer qualquer prognóstico acerca da política brasileira. Naquele contexto em que os Aliados derrotavam os países do Eixo na Europa e, conseqüentemente, o regime autoritário agonizava no Brasil, era difícil prever “quem carregaria a bandeira da democracia”. O país voltaria para o domínio dos “carcomidos” da “Velha República” ou a aliança entre Vargas e os comunistas ditaria os novos rumos daquela embrionária democracia? Era impossível prever; o Brasil teria a sorte que merecesse. As experiências não eram suficientes para se prognosticar o futuro; dentro daquela encruzilhada política e da latência do tempo, restava esperar.

Nesse contexto de imprecisão política, Hélio Silva anotou suas impressões sobre Luís Carlos Prestes:

Até hoje muita gente, a maior parte dos que pediram liberdade para ele, não tem a ideia exata do que representa o líder comunista, que participação pode ter na vida nacional, que influência poderá ser no momento político, quando se cogita traçar novos rumos para o Brasil e para o mundo (Silva, 19 abr. 1945, p. 5).

Muito em breve, as dúvidas de Hélio Silva seriam dissipadas. Prestes revelou a posição que tomaria diante da situação da política nacional, posição que já vinha articulando de dentro da prisão. Em 26 de abril, ele declarou que a substituição de Vargas por outro chefe do Executivo seria antidemocrática e agradaria apenas aos fascistas. Segundo o comunista, Vargas era um homem de boas intenções, que demonstrou o seu desejo de atender ao povo declarando guerra contra os regimes autoritários e decretando a anistia (Prestes, 1947). Disposto a esquecer os antigos atritos com Vargas, Prestes declarou que reconhecia o erro que fora o Levante de 1935, ao tentar levar o proletariado ao poder por meio da força, pois era preciso que burguesia e proletariado dessem as mãos e marchassem juntos em direção a uma sociedade mais justa (Dulles, 2001).

O termo anistia traz implícitas as ideias de esquecimento e redenção; comumente é definido como ato pelo qual se extinguem as conseqüências de um fato punível – apagamento. A anistia representa a “pacificação dos espíritos”, é coletiva e pretende o esquecimento não somente da punição, mas também do ato punível, como se o anistiado jamais tivesse sido condenado. Se, para a pacificação dos espíritos, o Estado pode decretar o “esquecimento”, resta a questão: o indivíduo pode abrir mão de suas lembranças por imposição da lei?

Em abril de 1945, o jornal *A Manhã* publicou:

Anistia é esquecimento.
Mas nós não podemos esquecer por decreto.
Temos que beber muitos *chops* duplos
E tomar entorpecentes para não lembrar
Mas, no outro dia de manhã, quando acordamos,
Voltam as recordações em revoada.
Indulto é insulto!
Queremos anistia! Anistia! Anistia!
Mas queremos uma anistia
Realmente ampla e irrestrita,
Não só para os comunistas
Que praticaram crimes conexos,
Mas também para todos os criminosos comuns,
Que cometeram também crimes políticos.
Anistia para Vargas e Benedito!
Anistia para Felinto Müller e anexos!
(Batista, 27 abr. 1946, p. 9).

O texto escrito por Ana Batista ao jornal satírico *A Manhã* aponta as dificuldades de abolir um passado tão marcante na história política do país. Seria possível esquecer os crimes da ditadura por decreto? Ao apontar as dificuldades das vítimas do regime autoritário em esquecer o vivido, Ana Batista ressalta que, mesmo com o decreto de anistia, as recordações poderiam retornar em um futuro próximo. Além disso, a autora demonstrou certo ceticismo em relação à anistia de 1945, uma vez que funcionava apenas como um indulto que avaliava cada caso.

Mesmo com as críticas que fervilhavam na imprensa acerca da impossibilidade de esquecimento do passado, Luís Carlos Prestes e seus correligionários seguiam a via do silêncio acerca das agruras sofridas ao longo da ditadura. O comunista tinha diversos motivos para ser o mais ferrenho adversário de Vargas. Além de sua prisão e do exílio de sua família, teve ainda sua companheira, Olga Benário, que estava grávida, deportada para os nazistas por Vargas. Presa em 1936, na mesma ocasião em que Prestes fora capturado pela polícia de Filinto Müller, a militante foi enviada para a Alemanha, onde deu à luz sua filha Anita; posteriormente, foi executada em um campo de concentração. A trágica morte de Olga em 1942 só chegaria ao seu conhecimento em 1945; mesmo assim, o líder do PCB manteve seu apoio a Vargas (Moraes; Viana, 1982). Pelo bem do Partido Comunista, o antigo “Cavaleiro da Esperança” deixava de lado o passado e os ressentimentos.

Em entrevista concedida no final da década de 1980, Prestes tentou explicar sua postura:

Jô Soares: [...] como é que sofrendo o que você sofreu na mão da ditadura Vargas, inclusive nesse caso da Olga, que é um caso que acho inesquecível, como é que você

depois conseguiu apertar a mão do Vargas? Como é que houve essa reconciliação? Luís Carlos Prestes: A situação política muitas vezes exige isso, dominar os sentimentos pessoais pelos interesses políticos mais sérios, que são os interesses da humanidade. Naquele momento, em 1944 e 1945, quando isso se deu, o inimigo principal a arrasar e a liquidar era o nazismo, e para derrotar o nazismo deveríamos convocar todas as pessoas, inclusive Vargas (Programa Jô Soares, 1988).

Com efeito, como destacara Jorge Amado no clássico *O cavaleiro da esperança* (1992), Prestes parecia ter o coração de aço. Os interesses do Partido Comunista estavam acima de qualquer sentimentalismo ou questão pessoal; era necessário, portanto, atingir os objetivos traçados pelo programa partidário, o que significava passar por cima de ressentimentos. Apesar do ódio de Prestes contra Getúlio, o comunista preferia deixar de lado seus rancores para, dessa forma, alcançar os objetivos do partido. Entretanto, o fato de apoiar Getúlio não representava o perdão de Prestes ao ditador. Pelo contrário, em sua famosa entrevista a Moraes e Viana, na década de 1980, ele ressaltou: “[...] nunca perdoei Getúlio por ter entregado minha companheira aos nazistas. Foi o maior crime que ele fez. E eu nunca esqueci: Olga estava grávida” (Prestes apud Moraes; Viana, 1982, p. 65).

Em silêncio sobre o passado e com o olhar firme no presente, ao deixar a prisão, magro e envelhecido – daí a alcunha *O Velho* –, Prestes comemorou a anistia política em 23 de maio, em um comício realizado no estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, ocasião em que ele nos permite denotar claras evidências de como interpretava o processo de anistia: uma aliança entre Getúlio e o povo. O discurso do comunista decepcionou os setores liberais que esperavam do antigo prisioneiro uma atitude radical e rancorosa em relação a Vargas (Falcão, 1988). Os liberais jamais perdoariam Prestes e os comunistas por tal “traição”. Dessa forma, para os políticos regionais, não havia outra palavra que justificasse a aproximação entre o líder do PCB e o ditador a não ser a traição (Mello Franco, 1946). Os antigos prisioneiros do Estado Novo haviam se esquecido de 1937 e das agruras que viveram nos cárceres varguistas?

Enquanto os comunistas “provavam do lótus”, o fruto do esquecimento, os liberais mostravam-se indignados com esse posicionamento. Sobre o discurso de Prestes no estádio de São Januário, o ex-deputado Domingos Velasco afirmara em junho de 1945 que, apesar de o líder do PCB esforçar-se para destruir o passado, não poderia destruir a história; além disso, embora o comunista atribuísse a anistia à benevolência de Vargas, não poderia desconhecer a participação fundamental dos liberais na luta contra o regime ditatorial e pela anistia (Velasco apud Mello Franco, 1946, p. 280).

A oposição liberal não perdoaria Prestes pelas atitudes assumidas em 1945; o comunista, mais uma vez, seria visto como um traidor. O jornalista Pedro Luís, em *A agonia do comunismo*, citou as palavras de José Eduardo de Macedo Soares:

Temos, pois, que o chefe comunista “esqueceu” os seus sofrimentos, *porque quis*; perdoou os que o humilharam brutalmente por um julgamento de consciência, de que

ninguém mais pode ser juiz, senão a própria vítima que o concluiu (apud Luís, 1946, p. 336, grifos nossos).

Após a anistia, Prestes apontava para um “desejo” – político – de se esquecer do que viveira durante o governo de Vargas; dessa forma, remiu o passado tendo em vista atingir um fim maior – conduzir seu partido ao poder. Nesse sentido, a aliança com Vargas era apenas um meio para atingir um objetivo. O silêncio sobre o passado foi a via encontrada para possibilitar e justificar os rearranjos políticos do presente. Mas seria possível esquecer?

De acordo com Aleida Assmann (2011), não há ingenuidade no rememorar, uma vez que há sempre interesses políticos e sociais envolvidos na questão da conservação, ou não, do passado. Além disso, nada é esquecido por completo; todas as percepções, por mais que estejam borradas, sedimentam-se nos vestígios da memória, sendo possível, em princípio, resgatar esse sedimento de novo. Dessa forma, apesar de abrir mão do passado naquela conjuntura de 1945, Luís Carlos Prestes e seus seguidores guardariam consigo os sedimentos da experiência vivida nos cárceres do Estado Novo.¹⁰

A anistia de 1945 colocou nas ruas 565 condenados políticos. Anistiados, os comunistas passaram a realizar grandiosos comícios em defesa da “união nacional”. Os mártires do Estado Novo, agora com o ditador, representavam a grande ameaça do futuro, visto que a apoteose do Partido Comunista indicava um progressivo crescimento do partido no Brasil e no mundo. Nessa direção, o passado, tanto para Getúlio quanto para os comunistas, tornara-se *obsoleto*, não servia para as alianças do presente.

Com o decreto de anistia de 18 de abril de 1945, a lembrança do *perigo vermelho* foi excluída do campo do poder para a reformulação das alianças políticas e, nesse contexto, a memória foi apaziguada entre Getúlio e os comunistas, sob a simulação do esquecimento. Entretanto, Vargas “perdoou” os culpados sem deixar de condenar suas ações durante o Levante de 1935.¹¹ Mas, em 1945, o ditador e os comunistas haviam se readequado aos tempos de paz que o fim da Segunda Guerra impôs ao mundo ocidental. Aliás, em 1945, Vargas considerava que os comunistas valiam mais do que seus atos passados; o fardo parecia ter ficado para trás ou, pelo menos, retido no “sótão”.

Como “terapêutica social”, a anistia suspendeu a experiência e colocou nas ruas os comunistas, outrora considerados traidores da pátria. Nem o passado do PCB, nem o passado da ditadura fariam sentido naquele contexto de alianças. Nessa perspectiva, por meio do silenciamento, o passado era soterrado, mas não esquecido.

10 Tal “armazenamento da experiência” ficaria evidente no contexto da década de 1980 quando, desligado do partido, Prestes passou a condenar o caminho político seguido na década de 1940.

11 A euforia dos primeiros meses da anistia encobriu o verdadeiro sentido da medida. Vargas anistiou os presos políticos, porém a maioria dos beneficiados enfrentaria o marasmo das comissões que julgariam cada caso. Com tal mecanismo seletivo de “esquecimento”, Vargas demonstrou que não estava tão disposto a “perdoar” seus opositores, como supunham os comunistas.

Dentro desse quadro, assumimos a perspectiva de que a anistia de 1945 foi negociada a partir de estratégias políticas que envolveram, principalmente, Getúlio Vargas e os comunistas. Enquanto Vargas via na anistia um meio para angariar apoio político, os comunistas tomaram-na como oportunidade para deixar a prisão e retornar ao cenário político; o preço de tal aliança foi o silêncio dos comunistas em torno das arbitrariedades da ditadura varguista. Muito mais preocupados com o futuro, os militantes abriram mão de um acerto de contas com o passado e optaram pelo silêncio.

Entretanto, a força do presente – marcado pela vitória dos regimes democráticos na guerra – não pôde ser contida pela aliança entre Getúlio e o PCB. Campanhas como o “queremismo”¹² e medidas que davam sinais de que o presidente pretendia perpetuar-se no poder, adiando as eleições previstas para o final de 1945, levaram os liberais e as Forças Armadas a se aproximarem com um único objetivo: depor Getúlio Vargas.

Para os liberais, o apoio dos comunistas a Getúlio representava uma ameaça ao advento da democracia. Em nome dos “interesses da nação”, que clamava por um regime democrático, os liberais apelaram para as Forças Armadas para que interferissem e garantissem as eleições de dezembro de 1945, com a deposição de Vargas do poder. Entre as disputas políticas e os ressentimentos que envolviam comunistas, varguistas e liberais, mais uma vez as Forças Armadas representariam o “fiel da balança”.

Dentro desse quadro, alguns dos principais aliados de Getúlio passaram a conspirar com os políticos da oposição, com a intenção de dar fim ao regime. Oswaldo Aranha, Góis Monteiro, Eurico Dutra, Cordeiro de Farias, dentre outros, não eram mais fiéis escudeiros de Vargas; confabulavam com a oposição.

Apesar da previsão de eleições presidenciais para dezembro de 1945, os antigetulistas tinham receio de que o presidente desse um novo golpe de Estado. Após longas conspirações entre a oposição liberal, militares liderados por Góis Monteiro e o ex-ministro da Guerra, o general Eurico Dutra, se anteciparam a Getúlio e deram o golpe em 29 de outubro de 1945. Apesar de suas manobras, Vargas perdera a tutela militar necessária para se manter no poder.

Sem conseguir sustentar a dianteira dos acontecimentos e sem respaldo dentre os chefes militares, “mais frouxo que galinha que protege a ninhada” (Lacerda, 9 jun. 1946, p. 6), Getúlio foi forçado a se retirar de cena. O golpe de 29 de outubro de 1945 viria a colocar termo à ditadura varguista que, segundo Virgílio de Melo Franco (1946), “caiu de podre”. O fim da ditadura varguista abria um novo campo de expectativas, e o futuro se sobrepôs ao passado, pelo menos enquanto durou a campanha eleitoral para presidente da República. Em meio à euforia eleitoral, quem pagaria pelo arbítrio da ditadura? Após a anistia de 1945, o Estado Novo ainda poderia ser julgado?

12 Movimento político surgido em maio de 1945 com o objetivo de defender a permanência de Vargas na presidência da República. Segundo Anita Prestes, os dirigentes comunistas não eram “queremistas” e jamais defenderam a continuidade de Vargas no poder; pelo contrário, lutaram pelas eleições presidenciais e pela instalação da Constituinte. Para o PCB, apoiar Vargas e lutar por uma Assembleia Constituinte seria uma forma de evitar o golpe dos setores mais conservadores (Prestes, 2003).

Enquanto Vargas e os comunistas estavam dispostos a recomeçar o jogo abrindo mão do passado, os liberais davam sinais de que sua principal arma contra seus inimigos seria justamente esse tempo pregresso. Restava avaliar quais as experiências ainda fariam sentido naquele novo contexto. Abria-se outro tempo, todavia impregnado pelo ranço do passado.

Referências bibliográficas

ALEM, Silvio Frank. O PCB e as outras esquerdas: da anistia de 1945 à posse de Dutra. *Escrita Ensaio*, São Paulo, v. 10, p. 137-174, 1982.

ALMINO, João. *Os democratas autoritários*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança: a vida de Luís Carlos Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Unicamp, 2011.

BARATA, Agildo. *Vida de um revolucionário: memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BARBOSA, Rui. *Anistia inversa: caso de teratologia jurídica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Tip. do Jornal do Comércio, 1896.

BASBAUM, Leôncio. *Uma vida em seis tempos*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

BATISTA, Ana. Anistia! Anistia! Anistia! *A Manhã*, Rio de Janeiro, 27 abr. 1946, p. 9.

BEZERRA, Gregório. *Memórias* (primeira parte: 1900-1945 e segunda parte: 1946-1969). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

BRANDÃO, Octávio. *Combates e batalhas*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CIÊNCIA POLÍTICA. Fascículo III, v. X. Rio de Janeiro, mar. 1945.

DULLES, John W. F. *Sobral Pinto: a consciência do Brasil*. Tradução de Flávia Mendonça Araripe. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Oliveiros S. *Elos partidos: uma nova visão do poder militar no Brasil*. São Paulo: Harbra, 2007.

FOLHA DA NOITE. Arrasando Berlim. São Paulo, 19 abr. 1945, p. 2.

GIOVANETTI NETTO, Evaristo. *O PCB na Assembleia Constituinte de 1946*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.

GOMES, A. de Castro; FLAKSMAN, Dora Rocha; STOTZ, Eduardo. *Velhos militantes: depoimentos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

GRECO, Heloisa. *Dimensões funcionais da luta pela anistia*. 2003. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

LACERDA, Carlos. *Na Tribuna da Imprensa: crônicas sobre a Constituinte de 1946*. BRAGA, Sérgio (org.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

_____. *Depoimento*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

_____. Chega de Getúlio. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 jun. 1946, p. 6.

- LUÍS, Pedro. *Agonia do comunismo: greves, lágrimas, miséria e sangue*. São Paulo: N. J. L., 1946.
- MARTINS, Roberto Ribeiro. *Liberdade para os brasileiros: anistia ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- MELO FRANCO, Virgílio A. de. *A campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro: Valverde, 1946.
- MORAES, Denis; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1982.
- NASSER, David. *Falta alguém em Nuremberg: torturas da polícia de Filinto Strubling Müller*. 4. ed. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, s./d.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Angela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- PANDOLFI, Dulce. *Camaradas e companheiros: história e memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Fundação Roberto Marinho, 1995.
- PRESTES, Anita Leocádia. Ideias e fatos, 80 anos do PCB: Luís Carlos Prestes e o comunismo no Brasil (1930-1945). *Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, v. 97, n. 2, 2003.
- PRESTES, Luís Carlos. União nacional para a democracia e o progresso. Discurso pronunciado no estádio de São Januário, 23 maio 1945. In: PRESTES, Luís Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro: Vitória, 1947.
- PROGRAMA JÔ SOARES. São Paulo: Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), 1988. Programa de TV. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oOqAZDFazec>>. Acesso em: 28 dez. 2014.
- REIS, Daniel Aarão. *Luís Carlos Prestes: um revolucionário entre dois mundos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.
- SILVA, Hélio. Quem representará a democracia? *Jornal do Brasil*, 19 abr. 1945, p. 5.

Recebido em 14/5/2017
Aprovado em 19/9/2017